

Câmara decide hoje como vai despejar inquilino irregular

A Mesa da Câmara dos Deputados decide hoje a melhor saída para despejar inquilinos que atualmente ocupam irregularmente mais de 40 apartamentos funcionais do Poder Legislativo. A tendência será a concessão de um prazo entre oito a 15 dias para que seja formalizada a devolução do imóvel. No caso de persistir a ocupação ilegal, a Mesa recorrerá à Justiça, com pedido de despejo por ação legal. Entre os inquilinos aparecem desde ex-parlamentares ou viúvas de ex-congressistas até amigos e parentes dos governadores Eptácio Cafeteira (MA) e Jerônimo Santana (RO).

Afastados há mais de três anos do Congresso, os governadores do Maranhão e de Rondônia mantêm ocupados, por parentes ou amigos, apartamentos que receberam há sete anos, no início dos seus respectivos mandatos parlamentares. No bloco D da SQS 112, onde estão localizados os imóveis de Cafeteira e Santana, mora a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, que dispensou a mansão a que teria direito na Península dos Ministros. No mesmo bloco, no apartamento 201, permanece o ex-deputado Robson Paganella, que se recusa a devolver o imóvel. Ele avisa que somente sairá com ordem judicial. No apartamento 502 mora o filho do ex-deputado Ary Kffoury, o médico José Kffoury, funcionário do Senado.

Os demais apartamentos ocupados irregularmente estão localizados nas quadras 202 e 302 Norte e 311 e 111 Sul. Segundo levantamentos da 4ª secretaria existem mais de uma dezena de viúvas de ex-congressistas que ocupam imóveis da Câmara. É o caso de Gilza Conceição Veloso Pinto Freire, viúva do ex-deputado Jessé Freire (PFL-RN), que ainda não devolveu



Inocêncio promete agir contra "esta situação vergonhosa"

as chaves do apartamento.

Ocupam imóveis do Congresso irregularmente, hoje, Josias Leite (PDS-CE), Raimundo Urbano (PMDB-BA), Tapety Júnior (PDS-PI), Alcides Lima (PDS-RR), Paulo Marques (PMDB-PR), José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), Amílcar de Queiróz (PDS-AC), Antonio Mazurek (PDS-PR) e Ruy Lima (PMDB-AC).

Segundo o vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, há mais de dois anos que a Mesa da Casa já enviou ofício solicitando a devolução dos imóveis.

"Agora, vamos agir. Esta situação é vergonhosa", frisou Inocêncio. Ele avisa que os imóveis deverão ser regularmente ocupados por deputados com mandatos. Revelou ainda o deputado que hoje a Câmara, pela escassez de imóveis, é obrigada a pagar uma taxa de auxílio-

moradia a cerca de oitenta congressistas, no valor próximo a NCz\$ 1,5 mil mensais.

Nos estudos realizados pelo departamento de Administração Imobiliária da Câmara, somente no bloco B da 112 Norte existem mais de 20 apartamentos que não estão ocupados por deputados, mas por parentes ou amigos particulares de congressistas e ministros do governo Sarney.

Pela escassez de oferta de imóveis em Brasília, um apartamento funcional da Câmara, nesta quadra, está com seu aluguel mensal cotado acima de NCz\$ 1,2 mil. As custas dos recursos públicos, a Câmara ainda cuida da manutenção dos apartamentos, custeando reparos nos fogões, geladeiras e máquinas de lavar que fazem parte do mobiliário dos imóveis entregues a cada parlamentar.